

Fronteiras e "fronteiristas"

O Projeto Calha Norte em Roraima.

CEDI - P. I. B.
DATA 15/12/92
COD. BCB 00065

Bruna Franchetto
Museu Nacional (UFRJ)
CNPq

"O projeto mais polêmico dos últimos tempos ainda vai ser motivo de muitas confusões. Um grupo teatral resolveu montar um trabalho, segundo eu soube, com o nome de "performance ritualístico Calha Morte". Olha que o Calha Norte é um projeto do Conselho de Segurança Nacional, que não admite esse tipo de coisas. Será que a lei de Segurança Nacional desapareceu junto com a velha República? Facilitar o protesto, que é um direito de todo cidadão nacional, pode se transformar num caso de polícia"

("Bastidores", Folha de Boa Vista, 15/2/87)

Conselho de Segurança Nacional, direito de protestar, caso de polícia: o Projeto Calha Norte (PCN) chega sob os sigilos militares da Nova República e a atenção se volta às fronteiras "externas".

O pensamento militar molda e direciona o discurso dessa fronteira e a história oficial se constrói por conceitos e categorias que são a substância desse pensamento.

Na formação das fronteiras entre Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa, por exemplo, dois nomes são lembrados como glórias nacionais: o Tenente Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, o Barão de Parima, e o General de Divisão Ernesto Bandeira Coelho, chefe da 1ª Divisão da Comissão brasileira Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, ambos realizadores dos trabalhos de demarcação.

Tratados de limites foram assinados entre Brasil e Venezuela em 1852 e em 1859, numa fronteira de 2.199 km. de extensão e a demarcação, realizada por Comissões militares, se desenvolveu de 1879 a 1973, quase cem anos de periódicas incursões militares na região do traçado fronteiriço, intensamente habitada por grupos Yanomami, Karíbe e Aruák. A fronteira com a Guiana Inglesa foi demarcada entre 1930 e 1938, numa extensão de 1.606 km., também atravessando áreas Macurí, Wapixana, Arekúna, Ingarikó, Akawaio, entre outras.

O pensamento militar de hoje perpetua idéias e valores da sua tradição histórica. Falando da fronteira venezuelana, o teórico castrense Teixeira Soares (1973) identificava seus pontos críticos: a tensão Venezuela- Guiana, decorrente dos conflitos para o controle da região do Essequibo, o que exigiria uma constante atenção por parte do Brasil; as distâncias entre os centros político-militares brasileiros e suas fronteiras setentrionais, muito maiores das distâncias entre Caracas ou Georgetown e suas fronteiras meridionais; o nacionalismo venezuelano, que alertaria contra as pretensões expansionistas brasileiras na direção da bacia do Orinoco, versão caríblica de um imperialismo amazônico. Um dos princípios da geopolítica do General Golbery do Couto e Silva - "Não esqueçamos que o vácuo de poder, como centro de baixas pressões, atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça" - se torna imperativo.

Falando da fronteira guianesa, Teixeira Soares reiterava: "O governo Federal terá de promover, se a curto prazo tanto melhor, uma política de povoamento de toda a região amazônica...Essa região representa uma zona de fronteira que até há pouco tempo estava desguarnecida, despovoada, e que imperativos de Segurança Nacional determinam seja colonizada de uma maneira eficiente e moderna, constituindo uma nova fronteira pioneira, bem como seja economicamente explorada em termos dinâmicos de criação de riqueza ponderável no cenário geral da Amazônia Brasileira. Não pode sofrer delongas... Uma fronteira despovoada e morta não representa uma afirmação de política ativa. Fronteiras mortas não constituem símbolos tangíveis de soberania... A futura Perimetral Norte-Amazônica proporcionará as vinculações internacionais... Percorrerá uma região onde existem importantes riquezas minerais... Do território nacional região pouco conhecida, ademais pouco povoada, nela existem latifúndios imensos... em sua maior parte improdutivos e através dela pervagam contrabandistas e aventureiros que têm seu apoio em países vizinhos..."

Conceitos como "vácuo de poder", "fronteira morta", "fronteira viva", "integração", "ocupação e exploração racionais", "vazios ~~populacionais~~ populacionais", "riqueza nacional" compõem a visão moderna da colonização. Nela, os "índios" são o vácuo, o vazio, a fronteira morta, passando a existir na fala da integração que possibilita o acesso às riquezas a serem exploradas, às terras a serem ~~ocupadas~~ povoadas.

Todos esses elementos se apresentam, agora, concatenados e transparentes nas vozes que repercutem a nível local as perspectivas abertas pelo Projeto Calha Norte.

A imprensa de Roraima explicita publicamente as posições dos segmentos e instituições que ocupam os lugares de mando no Território: os clãs familiares "da terra", a Associação Comercial, a Cooperativa de Faiscadores e Garimpeiros, a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA), entre outros. Uma leitura dos principais diários - a Folha de Boa Vista e a Tribuna de Roraima -, no período crítico entre meados de 1986 e início de 1987, sugere uma pista para a reconstituição do pensamento militar associado a uma rede de interesses mais amplos.

O discurso em foco se move por uma argumentação simples e lógica, velha e nova, ao mesmo tempo: defesa, ocupação, exploração e desenvolvimento, nacionalização do "vazio amazônico". Se militares e poderes locais divergem ligeiramente no tocante ao destino prefigurado para as populações indígenas encontradas nesse "vazio", o denominador comum, de qualquer maneira, é o conceito de "integração". Os militares podem enfatizar as razões da defesa nacional (externa e interna, dos vizinhos de fronteira e dos "aventureiros"), enquanto os fazedores da opinião pública local exaltam a necessidade da ocupação e exploração imediatas. Apesar de pequenas fissuras, fatos e precedentes revelam a força pragmática das pressões políticas e econômicas locais, diante da ideologia do protecionismo militar. Os inimigos são sempre "estrangeiros", em seus vários desfarces: índios, "gringos", missionários, cientistas...

Alimenta-se o medo da infiltração "estrangeira", contra a qual ~~deve~~ deve se opor uma política de povoamento e de abertura às iniciativas econômicas "nacionais", "roraimenses". A função do PCN é a da efetivação material da ocupação dos territórios de fronteira, virgens e resguardados; os Postos Militares são polos embrionários de desenvolvimentos

"Não é segredo para ninguém que as grandes potências, à frente EEBU e URSS, vivem maquinando meios e modos para apoderar-se ou explorar regiões pouco ou nada contestadas, algumas das quais riquíssimas em minerais estratégicos, tais as serras de Parima em Surucucus" (FDBV, 4/2/87)

"Calha Norte dói no calo de muita gente... Os "defensores" agentes das multinacionais se escudam em projetos humanísticos, filantrópicos e ecológicos" (FDBV, 25/1/87)

"O PCN chega com atraso de 40 anos...exigência dos novos tempos...missionários americanos contrabandam minérios..." (FDBV, 7/1/87)

"E o PCN vêm aí, rachando muitas esperanças de alguns alienígenas da esquerda festiva. Parece que agora ~~os~~ ^{os} rumos serão outros e o estrangeiro vai ter que respeitar o solo brasileiro. E alguns brasileiros vão botar as barbas de molho...O Exército vai abrir estrada para Surucucus...As regiões beneficiadas com a instalação dos pelotões são as mais polêmicas áreas de mineração existentes em RR. Ericó e Auaris são regiões de ouro e diamante, urânio e molibdênio...Com a abertura dessas estradas e com a ~~o~~ ocupação que virá imediatamente após, espera-se uma ocupação substancial de novos lotes agrícolas, com o assentamento de centenas de colonos dispostos a tirar da terra o seu sustento". (TDR, 23/5/86).

"Pesquisador diz que o Eldorado era em Roraima e não na Colômbia"
(Manchete da FDBV de 11/2/87).

Quanto aos índios, que por habitarem os territórios a serem conquistados constituem um empecilho incômodo, se fala de "integração" urgente e se declara, ao mesmo tempo, uma guerra acirrada contra seus "defensores", representados ~~pelos~~ ^{nos} meios de comunicação quase que exclusivamente pelos missionários católicos da Consolata e pela ~~Diocese~~ Diocese de Roraima. Não se ~~poupa~~ poupam acusações nessa polarização da disputa entre Igreja e portavozes da máquina governativa:

"O PCN deverá prever uma forma de atrair os indígenas Yanomami, uma das comunidades mais primitivas, mas que aos poucos poderão se integrar à civilização, como ocorreu com ~~as~~ as comunidades Macuxí, Wapixana e Taurepang, há mais de 50 anos" (TDR, 23/5/86)

Em 9/1/87, a FDBV denuncia uma manobra suspeita da Diocese: trinta padres italianos, desfarçados de turistas, entram em Roraima para promover um movimento nas comunidades indígenas contra o PCN. Denúncias atingem a pessoa do Bispo. ~~A~~ À Igreja, contudo, é dado o direito de defesa nas páginas dos jornais, tornando público o enfrentamento, mas esse direito não é concedido a nenhum outro suposto inimigo/interlocutor.

Considerável espaço é preenchido por declarações de autoridades militares, numa comunhão de princípios e objetivos com o discurso civil. O PCN é apresentado pelo binômio "desenvolvimento sócio-econômico e maior presença militar nas regiões acima das calhas dos rios Solimões e Amazonas" (TDR, 16/1/87). Os Postos são descritos como ensaios da "civilização" na selva:

"O Ministro do Exército pretende tornar confortável a vida daqueles que virão atrás na esteira da implantação dos pelotões militares. Antenas parabólicas, repetidores de sinais de tevê para todas as regiões onde estiver um pelotão...oferecer as melhores condições de vida às famílias, também àquelas que virão instalar-se nos projetos de colonização, um dos objetivos do PCN" (TDR, 16/1/87).

A "integração" das populações indígenas, sobretudo daquelas diretamente afetadas pelo PCN, é condição sine qua non. Tal "integração" deve processar-se rapidamente e eficazmente. Em entrevista à TDR de 27/6/86, o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, fala do "plano revolucionário" que sustenta o PCN, "do objetivo de aumentar a expressão do poder nacional através da presença militar", por fim "da exploração racional de riquezas minerais". A uma pergunta sobre o destino dos índios, o Ministro mostra irritação e se declara contrário ao "isolamento dos indígenas", fala na "oportunidade de optar...", protesta contra a expressão "Nação Yanomami", dizendo "tribo sim, nação somente a brasileira...". Em outra entrevista (FDBV, 25/12/86), ele explicita sua visão indigenista:

"Os índios necessitam de uma preservação, mas não trazê-los à cultura é uma impiedade e uma iniquidade social. Estou colocando o índio como pessoa humana, porque este é o seu valor real...É necessário infiltrá-los nos meios sociais. E digo com certeza: é mais fácil neutralizar os hábitos adquiridos em sua civilização do que tentar retê-los em suas reservas".

O Cel. Raimundo A. Souza Holanda, ao deixar o Comando de Fronteiras de Roraima, fala na TDR de 23/1/87:

"Sou contra a exploração do índio e para um tratamento adequado... o índio tem direitos e deveres...Em Surucucu existe um Posto de Atração da FUNAI há 16 anos e os Yanomami estão em situação igual ou pior do que

estavam 16 anos atrás. Já em Auaris o posto da missão evangélica opera a menos tempo e os Yanomami estão em situação muito melhor... Não se deve permitir que 3.500 indígenas fiquem totalmente isolados da assistência médica e da educação apenas para que um grupo de vinte ou trinta cientistas possa ficar anos e anos estudando e pesquisando o modo de vida daqueles seres... O pior é que quem faz esses estudos são italianos, franceses, ingleses, holandeses, etc, que já massacraram suas populações indígenas e vêm dizer o que o Brasil tem que fazer com os indígenas que contam com todo o apoio de nosso governo".

Os Yanomami representam o paradigma dos "não-integrados" a serem "civilizados", senhores ~~de~~ ignaros de um Eldorado à espera de ser explorado. O problema do Parque Yanomami é assunto recorrente e tratado em tons emocionados. Os Postos do PCN situados em território Yanomami - Surucucu, Ericó e Auaris - assumem a importância estratégica de uma vanguarda que se infiltra em áreas sob o controle ou da Igreja (Missão da Consolata) ou do Estado (FUNAI). A primeira é alvo de ataques concentrados; a conivência assumida oficialmente pela FUNAI tem sido quebrada, apenas, por declarações do encarregado do P.I. Surucucu, Francisco Bezerra, que se arriscou a afirmar: "O PCN significa a extinção dos Yanomami" (FDBV, 17/12/86).

Enquanto isso, os órgãos de polícia e de segurança do Governo do Território, a serviço, também, do próprio PCN, estão intensificando suas atividades de controle e de coleta de informações. Missionários católicos e membros da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) são chamados periodicamente para depoimentos e esclarecimentos. Os interrogatórios insinuam a suspeita de que qualquer movimentação dos índios na faixa de fronteira, sobretudo dos Yanomami, é sinal de uma organização induzida "de fora", com a finalidade de interferir no andamento do PCN. Estão sendo vigiadas reuniões, vindas de índios a Boa Vista, viagens de "estranhos" para as áreas Yanomami. Ao mesmo tempo, é exatamente na região de Surucucu, onde a construção do Posto Militar está sendo concluída, que se registram as primeiras tensões entre índios, trabalhadores e militares, além do aumento de epidemias de doenças contagiosas.

A polêmica em torno do PCN continua nos diários de Boa Vista. A opinião pública, reificada nos meios de comunicação, aplaude na expectativa de ver realizada a ocupação do interior e da faixa de fronteira pelo caminhos abertos pelo PCN. Os índios serão "absorvidos" e "transferidos", liberando suas terras para a colonização. Os militares tentam conciliar um programa de desenvolvimento "racional" com a proteção das populações indígenas, uma vez "integradas", já que esse é o corolário inevitável da construção nacional. Rebatem as críticas de violação dos direitos territoriais indígenas dizendo que o PCN não está sendo corretamente compreendido. Nisso, as consequências da ~~criação~~ instalação dos Postos de fronteira em áreas indígenas permanecem objeto de especulações e aos índios de Roraima se nega qualquer espaço de informação e de discussão.

Para o futuro próximo é possível um exercício ~~de~~ de projeção dos efeitos do PCN se examinarmos a história recente de um Posto militar de fronteira que funciona há mais de dez anos em terras indígenas, o BV-8, no acesso à Venezuela pela rodovia BR-174. Veremos, nos limites das informações obtidas durante breve estadia entre os Taurepáng (Pemonas), em fevereiro de 1987, qual modus vivendi se estabeleceu entre os índios e a população que cresceu em volta do Posto.

Em fevereiro de 1973, os chefes de ~~Estado~~ Estado do Brasil da Venezuela, Médici e Caldera, se encontravam pela primeira vez, selando o fim de um longo período de disputas relativas aos limites entre os dois países. Avistaram-se no marco BV-8, onde estava surgindo uma nova cidade, Vila de Pacaraima, iniciativa do Exército brasileiro, apoiada na infraestrutura incipiente de um Posto militar. BV-8 tem sido o único Posto de fronteira em Roraima a ser mantido com recursos abundantes e a ampliar-se em instalações modernas. É um Posto modelar.

Localizado em região habitada, basicamente, por Taurepáng (Pemonas), Macuxí e Wapixana, e incluída na porção setentrional da área Área Indígena São Marcos, demarcada pelo SPI, a implementação do Posto BV-8 determinou intervenção governamental por decretos presidenciais (nº 76.311 de 19/9/75 e nº 84.828 de 23/6/80), respaldada pelo artigo nº 20 do Estatuto do Índio (Lei 6.001 de 19/12/73) e executada pelo Ministério do Exército e pela FUNAI. A área subtraída à posse indígena e submetida a domínio militar foi calculada em 9.169.633 m² e destinada ao estabelecimento de um pelotão de fronteira.

De fato, o surgimento do Posto constituiu uma primeira presença, legitimada, ~~de caráter militar~~

no território indígena; a ela viria a somar-se uma sucessão de invasões de fazendas e colonos, situação já consumada na Fazenda Indígena São Marcos. Existente desde o início do século, a Fazenda se tornou "Colônia ~~Indígena~~ Agrícola Indígena" em 1973, forma jurídica que sanciona uma situação irreversível de fixação de não-índios num território reconhecido como indígena. Taurepáng, Macuxi e Wapixana são os grupos que vivem no raio de influência do Posto BV-8 e representam a grande maioria da população indígena do Lavrado - "campo" ou "savana" - do noroeste de Roraima. São eles definidos, e se definem a si ~~mesmos~~ mesmos, como "caboclos", ~~peões~~ "peões produtivos", em ~~de~~ oposição aos "índios", os Yanomami das selvas serranas orientais. Não obstante a "aculturação" desses grupos, conflitos não tardaram a acontecer na região próxima ao BV-8.

A penetração de colonos se intensificou com a construção da estrada BR-174, inaugurada no mesmo ano em que se decretava a transformação da Área Indígena em Colônia Agrícola. Em pouco tempo, o Posto, assumindo a função de núcleo de colonização, viu crescer ao seu lado a Vila de Pacaraima. Com o aumento de colonos e do movimento ao longo da estrada, os índios das malocas mais próximas - os Taurepáng de Sorocaima e Bananal - foram ora vítimas de tentativas de expulsão ora atores da defesa de seu território remanescente. Em 1975-76, o prefeito de Vila da Pacaraima pretendia deslocar a população que se concentrava no BV-8 para a região das malocas Taurepáng, a fim de preservar o isolamento do Posto militar. Mais tarde, em 1980-82, um movimento oposto, provocado pela FUNAI como solução da tensão entre índios e colonos, levava a um repentino crescimento da Vila de Pacaraima.

Chegando ao presente, se constata a seguinte situação, viabilizada basicamente pelo surgimento do Posto de fronteira, com a concomitante presença da estrada. O traçado desta se tornou o limite divisor entre área indígena e propriedades de "civilizados", pelo menos até que aconteçam novas invasões, já que a tregua atual não parece definitiva conhecendo a agressividade e "selvageria" da colonização em Roraima, bem como a impotência das instâncias que deveriam garantir os direitos dos índios. A Vila de Pacaraima e o "quartel" representam um ponto de referência fundamental para os índios, sobretudo para os Taurepáng. Centro de comércio, passagem de contrabando, local onde é possível obter alguma assistência médica, os índios dependem da Vila, envolvendo-se nos mecanismos do mercado local, que os mantém marginalizados como "pobres", suprimindo precariamente a falta de serviços de saúde por parte da FUNAI.

O desenvolvimento da Vila de Pacaraima significou, também, a consolidação de um poder político local, concentrado na figura do Prefeito. Os índios de Sorocaima e de Bananal são frequentemente objeto de manobras que visam controle e lealdade eleitorais e lucros através da exploração de recursos localizados em terra indígena. Sugestões, propostas e promessas - como a construção de estradas de escoamento para as malocas distantes da BR-174, em troca da venda de madeira retirada das matas dos Taurepáng - interferem na dinâmica política interna das malocas, em conflitos latentes administrados pelos índio sobre as linhas de divisão étnica, religiosa, das alianças. Há interferências na ascensão de jovens e no isolamento de velhos "tuxauas".

Mesmo que a história não se repita, nada nos parece garantir, no quadro atual, que não se reeditem as consequências decorrentes da ~~total~~ vocação dos Postos de fronteira como núcleos de colonização e como pontos de partida para a invasão descontrolada dos territórios indígenas.

Há outro aspecto que deve ser lembrado a respeito do papel da fronteira na constituição e, ao mesmo tempo, na negação de "nacionalidades". Essa operação de demarcação física e ideológica entre um "nós" e um "os outros" - concebida e realizada pelos planos político-militares das Nações geradas no seio das colônias portuguesas, inglesas, espanholas, francesas e holandesas - quase sempre ~~se cria~~ tem recortado territórios que são o substrato da sobrevivência e da identidade de vários grupos indígenas. A estes nega-se, veementemente no Brasil, o predicado de "Nações", na acepção histórica da tradição jurídica indigenista norte-americana.

Nasce o "fronteirista", uma nova categoria que, em Roraima, se refere a todos os que vivem cruzando os limites. "Fronteristas" são, especialmente, os índios que continuam a visitar "os parentes do outro lado" percorrendo as estradas ou as trilhas tradicionais que atravessam as serras. "Fronteristas" são os que vivem e sobrevivem da fronteira ^{apesar da} fronteira, o que inclui aqueles que vendem sua força de trabalho ou seu ouro dos dois lados, garimpeiros viajantes, pequenos contrabandistas ou comerciantes do cambio de valutas.

O "fronteirista" é sempre pessoa suspeita, alguém com ares de clandestinidade, às margens indefinidas da ~~ilegalidade~~ ^(oficiais); as autoridades, fardadas que sejam, declaram querer eliminar o movimento dos "fronteiristas". Com relação aos índios, a FUNAI, por exemplo, tem se preocupado, ultimamente, em realizar censos que estabeleçam e utilizem critérios de atribuição de "nacionalidade". Quais e quantos são os Taurepáng

"brasileiros" e quais e quantos são os Taurepáng "venezuelanos"?

Normalmente e no mínimo trilingües (Pemón, português e espanhol), os Taurepáng ou Pemones vivem dos dois lados da fronteira, embora no Brasil seu número seja bem inferior, entre 300 e 400 indivíduos. ~~no Brasil~~ Esta população é sujeita a notável flutuação, dado que os Taurepáng continuam a deslocar-se segundo os movimentos tradicionais no interior de seu território dividido pelo limite Brasil-Venezuela. Adventistas na sua grande maioria, eles mantêm uma ligação profunda com os centros adventistas localizados, como o de Maurac, logo além da serra, já na Venezuela. Cultos, festas, reuniões ~~reunem~~ reúnem periodicamente os Taurepáng nesses centros, reforçando os ~~os~~ laços étnicos, lingüísticos, religiosos e políticos, mantendo, ^(assim,) uma sua identidade distintiva.

Em fevereiro de 1987, havia planos da administração da FUNAI em Roraima para não # apenas recensear os Taurepáng, estabelecendo sua "nacionalidade" na base do "lugar de nascimento ou de residência" (sic), como também forçar a transferência "definitiva" dos "venezuelanos" e dos "brasileiros" para seus respectivos "Países".

Será que os Postos do Projeto Calha Norte virão, além de tudo, para dar apoio logístico ^a ~~em~~ esses tipos de operação, ~~interferindo~~ interferindo diretamente na vida e na organização das sociedades indígenas através dos critérios disciplinadores da "nacionalidade"?